

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 112

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
Líder Oposição	Irineu Colombo
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Hermes Fonseca
PDT	Edgar Bueno
PSDB	Sérgio Spada
PL	Pastor Edson Praczyk
PSL	Edno Guimarães
PST	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kiese - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Pupprio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE AGOSTO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado José Maria Ferreira, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1600

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Resolução nº 015/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1601

Senhor Presidente.

A retirada do Projeto de Lei nº 015/2000, o qual aprova a prestação de tomada de contas do serviço autônomo Paranácidade e solicita conforme mensagem do Executivo alteração dos dispositivos que especifica, das Leis nº 11.498, de 30 de julho de 1996, 11.970, de 19 de dezembro de 1997 e 12.215, de 10 de julho de 1998 - Paranácidade - Paranáeducação - Eco-paraná, já com parecer prévio sobre Projeto de Lei nº 567/99, analisado este pela Comissão de Comissão e Justiça de 30.05.2000, com parecer favorável e também Comissão de Finanças de 09.08.2000, com parecer favorável.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) CLEITON KIELESE

Apoioamento:

Serafina Carrilho, Carlos Simões, Nelson Garcia e
Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 1597

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei de nºs 270/2000 e 147/99, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

“Ofício nº 005/2000

Curitiba, 24.08.2000

Senhor Presidente.

Em atendimento ao disposto no artigo 121, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, informo a Vossa Excelência que foi encontrada similitude entre o Projeto de Lei nº 270/2000 e os Projetos de Lei nºs 147/99, 180/99 e 221/99, que tem por objetivo a proibição de todos os produtos de elaboração com elementos transgênicos no Estado do Paraná.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(aa) DELORA F. DO AMARAL CARVALHO

Responsável pelo setor
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
Diretor Legislativo”

REQUERIMENTO Nº 1595

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja desarquivado o Projeto de Lei nº 018/95, que torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Edson Neylor Barbosa, ocorrido dia 26 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada Av. Souza Naves, 851, CEP 8010-010, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1576

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Autonal - Concessionária Volkswagen em Ponta Grossa, pelo recebimento do certificado ISO 9002.

Após um ano de adaptação em todos os setores da empresa, a Autonal recebeu a certificação ISO 9002, do Instituto TÜV Bayern, da Alemanha. Através do sistema matricial de qualidade adotado, a empresa quer garantir os melhores serviços, desde a linha de montagem até a venda direta ao consumidor.

A importância de um certificado como a ISO 9002 é evidenciada por ser uma garantia de qualidade internacional. As exigências feitas aqui no Brasil são as mesmas existentes na Alemanha, por exemplo.

As mudanças aconteceram em todos os setores, dos serviços básicos à diretoria.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência aos funcionários e diretores da empresa, em nome de Vitório Czepula, diretor da Autonal, na Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 233 - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1579

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações em comemoração ao Dia do Soldado.

Ao longo dos anos, o Exército Brasileiro, através dos seus soldados, vem prestando relevantes serviços a

comunidade brasileira, desenvolvendo árduas tarefas impostas pelo programa de preparação e treinamento que se inicia nos colégios militares e prossegue no litoral, no sertão, na terra, na água e no mar.

Os soldados não participam apenas de tarefas puramente militares, defendendo com brio e altivez a soberania nacional, mas também no atendimento da população carente, da abertura de estradas estratégicas, da preservação dos valores culturais e das riquezas naturais, entre outros, enaltecendo e valorizando a vida.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência aos soldados e demais militares, em nome do comandante da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, comandante general Reginaldo Pereira da Silva Neto, na Praça Marechal Floriano Peixoto - Ponta Grossa, e ao comandante da 5ª Região Militar, comandante Gustavo Adolfo Castro Dutra de Menezes, na Rua 13 de Março, s/n, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1581

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Mônica, pela passagem, no próximo dia 10.09.2000, de seus 08 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor José Otacílio dos Santos, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Dirceu Luiz Prigol, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população do município de Santa Mônica, no próximo dia 10 de setembro de 2000, irá comemorar festivamente mais um aniversário de sua emancipação política.

Portanto, através desta proposição, queremos prestar nossa sincera homenagem a toda a população que não mede esforços para dar a sua contribuição em favor do completo desenvolvimento do município. Pois, bem sabemos que tudo se consegue com trabalho e muito trabalho.

Notamos que, apesar de todos os problemas pelos quais passa nosso Estado e a Nação brasileira, os municípios paranaenses, e principalmente Santa Mônica, vêm conseguindo superar todas as dificuldades com muita dedicação, eficiência e sobretudo amor ao próximo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em cumprimentar efusivamente toda a população de Santa Mônica, no

transcurso de seus oito anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 1584

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Bancários de Maringá e Região, alusivos ao Dia do Bancário, a ser comemorado na data de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente José Marco Barbizan, através de correspondência a ser encaminhada a Travessa Guilherme de Almeida, 36, 1º andar, CEP 87013-150, Maringá - Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulação ao Colégio Brasileiro de reprodução Animal, Regional Paraná, alusivos a realização do I Sipara - Simpósio Paranaense de Atualização em Reprodução Animal, a ser realizado de 31/08 a 02/09.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente doutor Nélio Rickli, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Júlio Meneguetti, 440, CEP 87010-230, Jardim Novo Horizonte - Maringá / Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1563

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Alô Negócios, pela comemoração de seus 10 anos.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Está comemorando seus 10 anos, o Jornal Alô Negócios.

Tal proposição se faz necessária para valorizar o trabalho social deste grande veículo de comunicação junto à comunidade paranaense, que comemorou em outubro de 1999, os seus dez anos de circulação em todo o Estado do Paraná.

Este instrumento vêm incentivando a economia informal de nossa cidade, que dentre os muitos benefícios que proporciona está o próprio fato de suprir a lacuna de

geração de empregos, possibilitando a muitos uma oportunidade de melhorar suas condições básicas de vida.

REQUERIMENTO Nº 1585

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulação ao Dom Domingos Gabriel Wisniewski, alusivos a comemoração dos seus 25 anos de ordenação episcopal, comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua João Cândido Ferreira, 14, C.P. 203, CEP 86800-100 - Apucarana / Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Dom Domingos, atualmente é o bispo da Diocese de Apucarana, comemorando na data de hoje o seu Jubileu de Prata Episcopal, no entanto sua vida religiosa começou há 50 anos.

Sob sua responsabilidade encontram-se 350 mil fiéis, distribuídos em 64 paróquias de 35 municípios.

Dom Domingos é considerado por vários segmentos da sociedade, como apóstolo da fé do Vale do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 1586

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação dos Abatedouros e Produtores Avícolas, comemorando na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Paulo Ferreira Muniz, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Ébano Pereira, 60, conjunto 1806, CEP 80410-902, Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1587

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação Paranaense de Avicultura - Apavi, alusivos ao Dia da Avicultura, comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Laertes Faustino Cardoso, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Marechal Deodoro, 252, conjunto 601, CEP 80010-010, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1588

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a 5ª Região Militar, alusivos ao Dia do Soldado, comemorado no último dia 25 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao comandante da 5ª Região Militar, general Renato Cesar Tibau da Costa, através de correspondência a ser encaminhada a Rua 31 de Março, s/nº, CEP 81150-280, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1590

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana, alusivos ao Dia do Bancário, comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente José Daniel de Farias, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Vicente Machado, 18, 8º andar, CEP 80420-010, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1596

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Igreja de Santo Agostinho, alusivos ao Dia de Santo Agostinho, comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Pároco Padre Raimundo Stavitzki e demais paroquianos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Eurípedes Garces do Nascimento, 1035, CEP 80540-280, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1598

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

Sindimóveis e ao Creci, pela comemoração do Dia do Corretor de Imóveis.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 27 de agosto de 1962, uma lei federal regulamentou a profissão de corretor de imóveis. Isso marcou o surgimento deste profissional que hoje é reconhecido como peça importante para a economia nacional. A categoria conseguiu sua regulamentação definitiva em 1978, e desde então não para de crescer.

Nestes 38 anos as conquistas foram muitas, já que o mercado é muito dinâmico. Numa área competitiva, onde todos os dias surgem novidades, sites e cursos, espera-se a criação de uma faculdade para Corretores de Imóveis.

Junto ao Sindicato dos Corretores de Imóveis do Paraná (Sindimóveis) atua também o Conselho Regional de Imóveis - Creci, que congrega estes profissionais que muito se destacam no desenvolvimento econômico do país.

Ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis - Creci, através de seu presidente, João Teodoro da Silva (Av. Mal. Deodoro, 497, 8º andar, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando que seja dado ciência à Ferropar, através do seu diretor-presidente, senhor Benony Schmitz (Rua Desembargador Westphalen, 868, conjunto 404, nesta Capital), e ao diretor-presidente da Ferroeste, senhor José Heraldo Carneiro Lobo, solicitando informações acerca do atual Estado da Ferrovia, fazendo constar: obras executadas a partir da data da concessão, indicando em quantitativos informações acerca de eventuais acidentes ocorridos, locais de ocorrência, gravidade do evento, indicação de vítimas e medidas tomadas, assim como pede ainda esclarecimento sobre que ações foram ou tem sido desenvolvidas para melhorar a segurança do transporte ferroviário e sua qualidade.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1562

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando que seja dado ciência à América Latina Logística do Brasil S.A., através do seu diretor-presidente, senhor Alexan-

dre Behring (Rua Sete de Setembro, 2645 - nesta Capital), solicitando informações acerca do atual estado da ferrovia, fazendo constar: obras executadas a partir da data da concessão, indicando em quantitativos informações acerca de eventuais acidentes ocorridos, locais de ocorrência, gravidade do evento, indicação de vítimas e medidas tomadas, assim como pede ainda esclarecimento sobre que ações foram ou tem sido desenvolvidas para melhorar a segurança do transporte ferroviário e sua qualidade.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1564

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Alziro Zarur, sita no Conjunto Parigot de Souza, tendo em vista ocorrência de vários assaltos no local. Conforme informações dos moradores e pessoas que trabalham no comércio dessa região, dia 15/08 próximo passado, às 15h00, foram assaltados um salão de beleza, uma panificadora e uma loja, sendo que os assaltantes portavam escopetas. A situação encontra-se muito crítica, a comunidade muito abalada, pedindo tal policiamento o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1565

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido da senhora Eva Kinsler Ferreira, residente à Rua Joaquim Camargo nº 496 - Jardim Holandês, que pede a conclusão da abertura da rua em que reside, tendo em vista que só faltam 200 metros para o término. No local existe um carro e com a abertura da mesma todos os moradores serão beneficiados. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9183-1396.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Mariel Suemi Lima, residente à Rua Acre nº 75 - Bairro Boneca do Iguaçu, que pede a implantação de anti-pó na rua em que reside. Se

necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 383-4344.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1569

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER providências à Secretaria de Estado de Educação a fim de fazer os investimentos necessários e adotar medidas operacionais para acabar com os turnos intermediários nas Escolas Públicas do Paraná, para o ano vindouro.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O referido requerimento se justifica pelo fato de que várias escolas públicas do interior do Estado Arnaldo Busato, no município de Foz do Iguaçu, que atualmente tem suas atividades distribuídas em quatro turnos.

Urge-se necessário a adoção de medidas no sentido de acabar com turnos intermediários, uma vez que estes implicam em grave prejuízo pedagógico para a formação dos alunos.

O referido pedido visa atender ao clamor das várias comunidades atingidas, especialmente de Foz do Iguaçu, no qual o líder comunitário Geraldo Martins, vem representando os pais e alunos atingidos por tais distorções.

REQUERIMENTO Nº 1575

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, com base nas disposições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação da proposta de reconhecimento formal do Parlamento do Sul, Parlasul, com objetivo de proporcionar a sua inserção no organograma desta Casa, com subordinação funcional diretamente à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Desde a instalação do Parlamento do Sul, Parlasul, em 10 de setembro de 1999, em substituição ao Conselho Parlamentar do Sul, Copasul, formalizado em 1993, os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul vêm praticando determinados atos, no âmbito do Poder Legislativo, de interesse comum às unidades representadas.

Em 09.05.2000, na cidade de Gramado (RS), foi ratificado o Protocolo de Intenções entre o Parlamento do Sul, Parlasul e o Foro de Legisladores Crecenea, Litoral (Rep. Argentina), cujo documento original foi aprovado em reuniões de 18.11.99, na cidade de Santa Fé (Rep. Argentina), com criação da Comissão Parlamentar Con-

junta Subregioanl, ampliando a área de atuação do Parlasul.

Durante a transferência da Presidência dessa Comissão ao bloco argentino, no dia 25 deste mês, na província de Chaco (Rep. Argentina), houve manifestação de Plenário, no sentido de haver o reconhecimento formal do Parlasul, no âmbito de cada uma das Casas Legislativas que o compõem.

Assim, a aprovação deste requerimento de formalização da estrutura de funcionamento do Parlasul, coordenado por um Secretário Executivo e/ou Assessor Especial, com enquadramento funcional correspondente ao de Secretário-Executivo das demais Comissões Legislativas desta Casa, tem por objetivo de atender às necessidades de pleno funcionamento desse órgão, de inegável importância para a consecução dos objetivos desta Parlamento.

Requer que a decisão desta Casa seja comunicada às vice-Presidências do Parlasul, com a recomendação de que sejam tomadas providências similares às expostas neste pleito.

REQUERIMENTO Nº 1580

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto e ao diretor do IML, Eloi França, solicitando providências quanto a escassez de funcionários e recursos materiais no Instituto de Criminalística em Ponta Grossa.

O Instituto dispõe de oito profissionais para atender a 25 cidades abrangidas por três subdivisões da região, o que representa uma proporção de 3,1 cidades para cada perito. Além do número reduzido de funcionários, o Instituto carece de materiais de trabalho. Dos computadores usados na sede do IC, que fica no segundo pavimento do IML, apenas um é do Governo. Entre os computadores doados à 13ª Subdivisão Policial, pelo Conselho Comunitário de Segurança, somente uma impressora foi destinada à criminalística.

O volume de trabalhos é intenso, numa média de 160 a 180 perícias. A maioria dos casos se restringe a atendimento de acidentes e homicídios. Apenas um perito se mantém em plantão, mas uma escala de três peritos é mobilizada na sede para dar cobertura em caso de ocorrências simultâneas.

Com o acúmulo de cidades atendidas, a chefia do IC local pediu incrementação do quadro funcional. São seis peritos concursados e dois funcionários cedidos pelo Estado. A redução de verbas pela Secretaria de Segurança Pública afetou entre outras coisas, o combustível, materiais de expediente e filmes fotográficos. Com apenas duas viaturas, um Voyage ano 95 e um Chevette ano 88, os atendimentos de cidades mais distantes fica difi-

cultado. Em casos mais simples, o próprio delegado das cidades mais distantes nomeia algum profissional para fazer o trabalho da perícia.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1592

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Rosa Grande, residente à Travessa C nº 500, Vila Esperança, Butiatuvinha, bairro Santa Felicidade, que pede a reimplantação do serviço de entrega domiciliar de correspondência em sua residência. ela reside há 26 anos no local, sempre recebeu correspondência, porém como nas proximidades surgiu uma invasão, ultimamente não mais as recebeu. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 272-6835.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1593

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, no sentido de atender o pedido do senhor Álvaro Borges de Andrade, residente à Rua Cel. Amazonas Marcondes, nº 919, bairro Cabral, que pede seja revista a rede de esgoto da rua em que reside, entre as Ruas Vitória, Vicente Ciccarino e Santo Afonso de Ligório, pois, em função do aumento da população, atual rede não está suportando a vazão do esgoto, retornando para dentro da propriedade do requerente. Pede-se urgência nesta fiscalização e pronta solução pois, além do “indesejável” incômodo, seu jardim e pomar estão morrendo, causando um prejuízo ecológico sem preço. Infelizmente, uma jabuticabeira de 48 anos já pereceu, além de ser um problema de saúde pública. Se necessário, recomendamos informações complementares com o senhor Álvaro pelo telefone 252-2980.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1594

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do senhor Antonio Norberto de Araújo, residente à Rua Simão Domacosi nº 202, Jardim Paraíso, que pede a implantação de anti-pó na rua em que reside. Os moradores se propõem a pagar pelo benefício. Pede urgência no atendimento do presente, tendo em

vista que no local há muito pó e ao chover, forma-se um lamaçal. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 235-1590.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1602A

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente solicitando rigorosa investigação e apuração de ameaças de morte contra o presidente do PT de Leopólis, senhor José Osvaldo Tognato, conforme relata o Boletim de Ocorrência nº 216/2000, da 52ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Peabiru.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO

HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1582

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, pedido de informações ao egrégio Tribunal de Contas do Estado, solicitando que remeta a esta Casa Legislativa, cópia da íntegra das Resoluções 7150/99 e 6731/2000, por tratarem-se de assuntos de relevante interesse aos paranaenses.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 e 133 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Por se tratar de assunto de relevante interesse é que solicitamos cópias das Resoluções, a fim de sanarmos dúvidas constantes nas mesmas, fazendo com que seja cumprido o dispositivo do artigo 54 da Constituição Estadual, que dispõe sobre as atribuições da Assembléia Legislativa.

Precisamos dirimir com profundidade e responsabilidade sobre tais assuntos, para que possamos levar esclarecimentos ao povo paranaense, que tem no Poder Legislativo a representatividade do voto direto, indicando seus representantes com assento nesta Casa.

Considerando os preceitos Constitucionais, aguardamos a aprovação do presente requerimento, para futuros estudos e debates baseados no teor das Resoluções, onde poderemos exercer a democracia em sua mais pura essência.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 275/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os anúncios de vendas de bens imóveis publicados em jornais, revistas e outros meios de divulgação, ficam obrigados, em todo o Estado do Paraná, a discriminar a sua área útil.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do projeto é proporcionar ao comprador de imóvel uma visão exata da área que está sendo adquirida.

Em sua totalidade, os anúncios de imóveis à venda, fornecem a área total, compreendendo garagem, corretores e outras dependências, sem estabelecer qual é a que, realmente, o adquirente irá receber com a sua residência.

Com a presente proposição, o que se pretende é resguardar os direitos e interesses do comprador.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 276/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ao artigo 1º, da Lei nº 12.027, de 04 de fevereiro de 1998, fica acrescentado o § 3º, com a seguinte redação:

“§ 3º - Os titulares das áreas integrantes do loteamento, como anunciados no artigo 1º, e que estejam ocupadas por edificações constituídas e pertencentes a Administração Pública Estadual, ou que estejam sendo utilizados como logradouros públicos, serão indenizados na forma da lei”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura objetiva solucionar a questão legal, oriunda das disposições da Lei nº 12.027, de 04 de fevereiro de 1998, que deixou uma lacuna referente as áreas que foram ocupadas por bens e logradouros públicos, com a indenização, na forma da lei, a quem de direito.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a apuração deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 277/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Universidade Estadual do Paraná - Uespar.

Art. 2º - Compõem a Uespar - Universidade Estadual do Paraná, as atuais faculdades: Faculdade de Artes do Paraná, Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, transformadas para os efeitos desta lei em Campus Universitários, nos termos de regulamentação própria.

Art. 3º - A Universidade Estadual do Paraná (Uespar), sucederá as atividades, funções, convênios, contratos, pessoal, patrimônio, orçamento e tudo o que se refere às faculdades ora englobadas.

Art. 4º - O Chefe do Poder Executivo nomeará em até 30 (trinta) dias, a partir da vigência desta lei, Conselho Universitário Superior, composto de 15 (quinze) membros, sendo 08 (oito) representando cada uma das faculdades ou centros universitários, 05 (cinco) o Poder Executivo, 01 (um) a Assembléia Legislativa e 01 (um) a Apiesp e que deverá, em conjunto com as comunidades acadêmicas, elaborar projeto pedagógico, administrativo e financeiro e institucional da Universidade Estadual do Paraná, num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - O Conselho Universitário Superior será presidido pelo diretor-geral da Uespar.

§ 2º - Após aprovado o estatuto e o regimento da Universidade Estadual do Paraná, o diretor-geral, convertido em reitor, deverá proceder a eleição para os cargos de diretor de faculdade dos diversos campus componentes da Uespar, assim como do reitor da universidade, e nos termos da regulamentação própria estabelecida no regimento.

Art. 5º - São atribuições do Conselho Universitário Superior, além do mencionado do artigo 4º:

I - estruturar o modelo institucional da Uespar;

II - adequar as estruturas e atividades das faculdades ao novo modelo institucional;

III - coordenar as atividades das faculdades componentes da Uespar;

IV - outras atividades correlatas e necessárias ao desempenho das finalidades e objetivos da Uespar.

Art. 6º - As Secretarias da Fazenda, Planejamento, Administração, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, deverão dar todo suporte necessário para o desempenho

das funções e finalidades do Conselho Universitário Superior.

Art. 7º - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar no orçamento da Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, para dar atendimento às atividades do Conselho Universitário Superior e à Universidade Estadual do Paraná.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo, através de decreto, instituirá a organização administrativa da Universidade Estadual do Paraná, e nos termos do artigo 4º desta lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

A rigor e sob todos os aspectos, a existência de faculdades isoladas é uma anomalia dentro do sistema universitário. Concede-se, e é de todo aceitável, a existência de institutos de alto nível científico que tanto se preocupam com a pesquisa de ponta, assim como com o ensino. Estes casos são raros em nosso país e de certa forma encontrados nos países desenvolvidos.

Em nosso caso, as faculdades isoladas do Sistema Estadual de Ensino Superior, foram criadas a partir de 1949 para atender as necessidades regionais no âmbito do Estado. No decorrer do tempo, o Estado criou as Universidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá e recentemente a Unioeste e Unicentro. As faculdades isoladas, em número de onze e situadas em Jacarezinho (três faculdades), em Curitiba (duas faculdades), em União da Vitória, Cornélio Procopio, Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá e Paranaíba, atendem cerca de 16.000 alunos, em mais 54 cursos de graduação e 4000 vagas anuais, contando com 765 professores e 308 funcionários e participam de 6,1% do total dos recursos destinados a todo ensino superior. (A UEL participa de 39,6%, UEM de 26,1%, Unioeste de 10,3%, UEPG de 13,6% e a Unicentro de 5%). Os dados iniciais indicam que as faculdades isoladas atendem 29,91% dos alunos matriculados no sistema e contam com apenas 16,01% do total de professores e funcionários.

A importância social das IES e sua situação peculiar no interior do Estado, atendendo todas as regiões, exige uma tomada de posição que redimensione não só sua estrutura administrativa como também a filosofia didático-pedagógica no real interesse das comunidades regionais e profundamente engajada no processo de desenvolvimento orgânico e sistêmico do Estado e da sociedade paranaense.

Com a criação da Universidade Estadual do Paraná (Uespar) busca-se a racionalização dos cursos e atividades, evitando-se paralelismos nas regiões, facilitando

o surgimento de centros de excelência de formação humanística, científica e tecnológica.

Com a transformação das diversas IES em campus ou centros universitários, se viabilizaria uma mais eficiente administração no que concerne: o vestibular unificado, - readequação e reordenamento dos cursos hoje existentes, -diminuição de pressões por abertura de novas entidades, melhor adequação do orçamento por centro universitário ou campus, - estrutura universitária com os dispositivos e elementos facilitadores do desenvolvimento do pensamento da ciência, - estruturação do corpo docente e funcional, com requisitos necessários. Numa palavra, busca-se a excelência da qualidade.

É claro, e disto estamos cientes, não basta uma alteração pura e simplesmente administrativa para se atingir níveis desejáveis de qualidade de ensino para nossos jovens, é necessário muito mais. Entretanto, também sabemos que sem uma alteração a nível administrativo que imponha uma nova situação acadêmica e verdadeiramente universitária, não sairemos do lugar. É por isto que juntamente com este dispositivo legal e em conjunto com o Executivo e as instituições de ensino superior, já demos início a estudos de projeto de lei já elaborado para ser proximamente apresentado à apreciação desta nobre Casa. Nosso interesse e o interesse das IES, é o do Estado, é o das comunidades. O Estado do Paraná está operando uma transformação fundamental em sua economia, em suas relações sociais e somos crentes que as IES exercem um papel fundamental, serão único, em todo este dinamismo.

O desenho de universidade aqui proposto deverá obedecer os seguintes princípios operacionais:

- princípio de integração - integração entre órgãos, setores e atividades afins, de modo a criar espaço cultural integrado e diversificado, em que se completam especializações, docência e administração, ensino, pesquisa e extensão, órgão de decisão e execução, vida acadêmica e realidade sócio-cultural, comunidade universitária e comunidade social.

- princípio da representatividade e da democratização - representatividade de todos os segmentos em todos os níveis de cada unidade ou agrupamento em todos os órgãos internos de deliberação e execução;

- princípio da qualificação - preenchimento das condições materiais, espirituais e culturais que garantam rigor e seriedade das funções de docência, de administração, de pesquisa e extensão;

- princípio da funcionalidade - limitação da criação e ampliação desnecessária de órgãos e atividades, assegurando a fluidez de decisões e execuções;

- princípio da interdisciplinaridade - garantia de interação direta e sistemática entre as diversas ciências e áreas do saber e da cultura, prevendo-se formas de viabilização da interdisciplinaridade a nível de organização do ensino - aprendizagem, pesquisa e extensão;

- princípio da vocação regional - abertura e sensibilidade às especificidades da problemática do contexto

histórico - social, local e nacional, sem prejuízo da necessária abertura à dimensão universal do saber e da cultura;

- princípio da liberdade - garantia da mais ampla liberdade de pensamento e de expressão, assegurando a manifestação do pluralismo ideológico e o respeito recíproco das divergências de posição, como fator inalienável do desenvolvimento da ciência e da cultura.

A Universidade Estadual do Paraná certamente será uma das grandes obras que este Parlamento, somando-se aos esforços do Executivo e das IES, proporcionará ao Estado do Paraná e às famílias que fazem dele um grande Estado.

PROJETO DE LEI Nº 278/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As disposições funcionais de servidores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado, para órgãos do mesmo Poder, para outros Poderes do Estado, outros Estados, municípios e governo federal, somente serão efetivadas com ou sem ônus para o órgão de origem, por permuta, ou, para o exercício de cargo de comissão, função de direção ou função qualificada de chefia, mediante autorização do chefe do Poder Executivo, ou a quem este delegar.

Parágrafo Único - É vedada a cessão de servidores públicos a empresas privadas.

Art. 2º - Quando a disposição for efetivada para exercício de cargo de comissão, função de direção ou função qualificada de chefia o servidor poderá optar pela remuneração do cargo ou função, ou pela remuneração do cargo efetivo, acrescido das vantagens correspondentes, estabelecidas em legislação própria.

Art. 3º - As disposições funcionais serão autorizadas até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, podendo ser renovadas anualmente, sem qualquer impedimento.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa equacionar as disposições funcionais no âmbito da administração pública, disciplinando a matéria e dando de um lado, segurança ao servidor público que verá seus direitos e garantias quando no exercício de função relevante em outro ambiente profissional que não o original, e de outro a própria administração pública que terá mecanismos para ordenar o sistema de recursos humanos.

As disposições funcionais são necessárias inclusive para manutenção de tarefas e ações públicas do interesse do Estado em seu conjunto orgânico, daí que a sabedoria de governos tem procurado atender as solicitações sejam de outros poderes do Estado como também de outras esferas administrativas e é claro dentro do mesmo poder.

A aprovação do projeto e sua conversão em lei em muito beneficiará a administração pública tanto no referente à política de recursos humanos como de política gerencial dos interesses públicos.

PROJETO DE LEI Nº 279/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Renais Crônicos de Londrina e Região - Arenalon, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Renais Crônicos de Londrina e Região, fundada em 14 de julho de 1997, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e está localizada no município de Londrina, Estado do Paraná.

Possui caráter de divulgar e esclarecer à opinião pública, os aspectos que envolvem a problemática do paciente renal crônico e dos ex-renais (transplantados); colaborar com instituições médicas ou similares que direta ou indiretamente se relacionem com o renal crônico dentre outras atividades que possam de alguma forma colaborar para o tratamento dos pacientes atendidos pela entidade.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da instituição.

PROJETO DE LEI Nº 280/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Alicerce de Teatro, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Alicerce de Teatro, é uma entidade cultural que trabalha apresentando-se em escolas e asso-

ciações de bairros, levando a cultura regional e brasileira à população menos favorecida. Preocupa-se em estar em constante rotação cultural, aprimorando-se nos trabalhos apresentados, realizando, com frequência, oficinas teatrais.

Por entender que o Grupo Alicerce leva e divulga o teatro como ferramenta de aquisição de conhecimento e desenvolvimento pessoal aos menos favorecidos, solicito a aprovação do presente, pois sua luta em nome da cultura merece toda consideração e apoio dos órgãos públicos.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos de imediato ao Grande Expediente. Concedemos a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Na quinta-feira última, por designação da Mesa Executiva, desta Casa, conjuntamente com o ilustre deputado Algaci Tulio, o assessores Wilson Portes, secretário executivo do Parlasul e mais o doutor Ivo de Angelis, assessor do gabinete da Presidência desta Casa nos deslocamos ao País, irmão e amigo, membro do Mercosul, Argentina. Lá dentro desse território estivemos na cidade de Resistência, na Província do Chaco, aonde se desenvolvia a 4ª reunião do Crecenea e do Parlasul.

Inicialmente, por delegação do senhor presidente Nelson Justus, tivemos a honra de passar a Presidência do Parlasul ao ilustre deputado Leandro Sólon que dará continuidade para que o Parlasul cada dia cresça mais e ofereça ao Cone Sul e principalmente ao Mercosul os subsídios, não só de Leis dos senhores parlamentares, como de todas as Casas Legislativas que compõe o Crecenez e o Parlasul mas também o oferecimento aos dirigentes dos Estados e das nossas nações que compõe o Mercosul de meios pelos quais ofereçam eles às suas populações a resposta que todos nós desejamos.

Lá chegando verificamos que alguma coisa de incomum estava acontecendo, como também está acontecendo aqui no Brasil e no nosso vizinho País, Paraguai. Sentimos que alguma coisa, depois que o Paraná, a Argentina e nós do Mercosul conseguimos o certificado no Comércio Comum Europeu, onde esta delegação, com membros desta Casa e deste Estado, representando o nosso Brasil conseguiram fazer com que a carne de boa qualidade, certificada através de documentação sanitária, de todo Mercosul e principalmente do Brasil e da Argentina fosse oferecida ao Comércio Comum Europeu e mais de perto ao nosso País irmão, a França, para num sentido de competitividade onde a qualidade, onde tudo aquilo que nós queríamos que é a extinção da febre aftosa em todos os nossos Estados. O ilustre deputado Algaci Tulio foi testemunha que alguma coisa de anormal aconteceu a nós outros que conseguimos aquela certificação. O que é que aconteceu? A América do Norte, principalmente os

Estados Unidos vendo a ameaça que aquela parcela significativa no consumo de carne, lá no Comércio Comum Europeu, que era tão somente por ele oferecida, tinha agora, no Mercosul uma competição de preço e de qualidade, qualidade essa certificada.

Qual foi a surpresa para todos nós? A febre aftosa que tinha sido extinta, no Paraguai, no Brasil, na Argentina, ela, como que caída do céu ou trazida por mãos invisíveis, ela foi introduzida no Paraguai e estendida ao Mato Grosso do Sul e a uma Província do Creceneia que faz divisa com o nosso Brasil.

Vejam os senhores que o Estado do Rio Grande do Sul, que não tinha a febre aftosa há vários anos, lá também por contaminação feita num sentido do qual está sendo apurado e identificado naqueles propósitos que nós lá chegamos e verificamos que alguma coisa incomum aconteceu.

Então, senhor presidente e senhores deputados temos em mãos aqui e vamos passar a Presidência desta Casa, na pessoa do presidente em exercício José Maria Ferreira para que ele transfira ao presidente Nelson Justus, ao secretário Hermas Brandão e ao secretário Augustinho Zucchi o posicionamento não só dos governadores do Creceneia e nem tão somente daqueles senhores deputados, mas a posição do governo federal na pessoa do presidente da Argentina, do presidente do Paraguai e queríamos somar também com a presidência do nosso querido Brasil, na pessoa de Fernando Henrique Cardoso para que nós em termos de Mercosul, realmente apure como essa febre aftosa, que já tinha sido extinta veio até nós.

Como também, naquela oportunidade verificamos que alguma coisa que já tínhamos denunciado nesse Parlamento e nessa Tribuna, lá também está ocorrendo na Argentina.

Quando o Brasil através de uma Lei Kandir isentou os Estados produtores, no caso específico o Mato Grosso, o Paraná, a Santa Catarina e o Rio Grande do Sul dos emolumentos tributários da alfândega para a exportação dos grãos “in natura” e que o governo federal haveria de recompensar esses Estados, nós nos centralizamos senhores deputados tão somente no ressarcimento do dinheiro que não estava sendo cobrado. Agora estamos sentindo o efeito daquilo que realmente era o objetivo. Não era a exportação dos grãos “in natura”, não era a compensação do governo federal para o Estado do Paraná e os outros Estados irmãos nossos. Era isso sim, o que está ocorrendo agora, que é a quebra das indústrias moageiras do Paraná, do Brasil, da Argentina e de toda a América do Sul.

Verificamos que nós estamos realmente numa encruzilhada da qual a Europa será beneficiada, bem como o Nafta dos Estados Unidos, com a não moagem do grão de soja em solo pátrio.

Tínhamos e possuímos lá em Ponta Grossa a maior moagem da América do Sul, através da antiga Sanbra, hoje Ceval, da Cargil, da Coimbra, da Andison-Cleiton

de firmas de puljança internacional que estão gradativamente sendo desativadas, em um programa aonde a família brasileira, a família paranaense principalmente, as famílias produtoras de Santa Catarina, do Rio Grande e do Mato Grosso do Sul estão sendo penalizadas. Porque não é o ICMS que levaram como isca para nós, a Lei Kandir foi uma lei enganosa a todos nós. Nós pensamos que a exportação iria alimentar, como eles falaram no início, um preço aonde na Europa o Brasil teria condições de oferecer um melhor mercado naquele preço a ser oferecido. Mas não foi isso senhor presidente.

O objetivo deles é que no Brasil não se moa mais óleo de soja e não se industrialize mais esse óleo. É isso, o objetivo que eles conseguiram em parte, agora nós estamos alertando.

Fora da febre aftosa, agora da soja, mãos invisíveis fazem com que os seus tentáculos cheguem naquele pequeno produtor dos nosso municípios que é principalmente os granjeiros. Aqueles homens pequenos que tem sua granja de frango e oferece uma contribuição muito grande, seja para cooperativas que são filiados ou seja para o consumo onde são oferecidos seus produtos. O frango tinha um preço, senhor presidente, senhores deputados, de um dólar e 50 centavos, veio alguém no Brasil, introduziu subsídios e ofereceu uma competição desigual com a Argentina fazendo baixar o frango para 80 centavos, num prejuízo à economia da Argentina, num prejuízo à economia do Brasil e à economia do Mercosul, fortalecendo senhor presidente mais uma vez o Nafta dos Estados Unidos e o comércio comum europeu, tiraram o maior comércio do frango que eram os países árabes e os americanos lá estão fornecendo os seus frangos para os países árabes. Tínhamos parte do comércio asiático que também o americano bloqueou, nos tirou pelo preço e fez com que ficássemos reduzidos como nos encontramos no Mercosul, estamos tão somente sobrevivendo pelo consumo interno, pelo consumo do Mercosul e por alguma criatividade que faz com que nós da América do Sul sejamos invejados pelo resto do mundo, pela flexibilidade que possuem todos esses povos irmãos da América do Sul, quando aperta de um lado ele pula do outro, ele salta do outro e ele vai vencendo obstáculos e desafios mesmo não tendo condições de sobrevivência, ele permanece na sua granja dando continuidade da preservação daquele patrimônio que é realmente de encontro com a razão de viver das famílias dos granjeiros do Paraná, do Brasil e da Argentina.

Esses três assuntos foram o foco pelo qual, a aftosa, a soja, o nosso frango e com extensão ainda ao milho, que também se encaixa dentro daquilo que o americano deseja, quebrar o Mercosul, fazer a divisão dos parceiros e não oferecer nada a nós a não ser um dinheiro emprestado através do FMI com juros que todas as privatizações feitas em solo pátrio não pagamos os juros da nossa dívida externa. Por isso, senhor presidente estou nesta tarde e pediria ao comitê de imprensa que levasse o aval que acredito seja de toda a

Casa, quando a igreja católica, senhores deputados, que nunca se envolveu em posição política alguma, agora oferece a todos nós católicos a oportunidade de uma oração, de um conhecimento com a dívida externa brasileira. É campanha da igreja católica em solo pátrio para sabermos a realidade da dívida externa neste país, somados com nossos irmãos evangélicos que aqui nesta Casa se fazem presentes, com inúmeros deputados irmãos pastores que haverão de somar com quem acredita em Deus, não é possível fazer o que estão fazendo com a família brasileira.

Não conseguiram nos matar com a dívida externa, estão nos tolhendo com aquilo que é mais sagrado que Deus nos dá que é a natureza, que é a nossa terra, que é principalmente a natureza abençoada do nosso tempo que não tem intempéries que venha como vêm em outros quadrantes do mundo e vêm eles aqui no Brasil, agora e na Argentina tolher frango, acabar com a soja, fazer com que tudo realmente seja canalizado a eles. Ofereço o aparte ao ilustre deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Luiz Carlos Zuk desejo cumprimentá-lo pelo assunto que aborda, pretendia eu também usar a tribuna nesta tarde para dizer dos resultados da viagem que fizemos até a Argentina, mas propriamente na província de Resistência, mas ninguém melhor que Vossa Excelência está traduzindo tudo aquilo que abordamos, tudo aquilo que discutimos juntamente com os companheiros da Argentina. Aliás, é bom esta Casa ficar sabendo que Vossa Excelência fez na verdade, um belíssimo pronunciamento quando fez a transmissão de posse companheiro Leandro Hipólito Salom, deputado provincial, lá da Província Del Chaco. Vossa Excelência abordou em linhas gerais com mais ênfase inclusive tudo aquilo que está traduzindo na tribuna da Assembléia. Foi muito importante, deputado esta experiência que trocamos com os argentinos, especialmente com os da Província Del Chaco, Corrientes, Misiones, Santa Fé, Formosa, Entre rios e o evento ganhou destaque especial, porque teve a presença de senadores das Províncias, de deputados provinciais, do presidente da Assembléia Eduardo A. Moro e do governador da Província Del Chaco e presidente Angel Hojas e para nós foi gratificante porque pudemos observar a preocupação dos argentinos em cima do que Vossa Excelência acabou de falar, a questão do frango, do trigo, do arroz, da febre aftosa que atingiu aquela região e na manhã de quinta-feira fizemos uma reunião preparatória e à tarde, a fronteira já estava aberta para alegria dos argentinos.

É bom destacar que, antes desta nossa reunião os companheiros argentinos já haviam feito várias reuniões em várias províncias, por exemplo, na Província de Entrerios onde fizeram uma declaração e dentre vários assuntos que dizem respeito a nós brasileiros, eles também reiteram as autoridades nacionais argentinas e brasileiras sobre o controle integrado da fronteira que é

um assunto que também abordamos lá e vimos no noticiário nacional, o governo brasileiro se preocupando com a questão das fronteiras, um Tratado que foi feito no Recife sobre controle de produtos agrotóxicos e uma série de ações. Na fronteira de resistência, entre vários assuntos que foram tratados, uma comunicação as autoridades do Mercosul sobre a reiterada solicitação do Fórum de governantes do Codesul para a participação dos grupos de trabalho que vai acontecer agora no Mato Grosso do Sul.

Também com relação a recursos hídricos e de meio ambiente, a preocupação dos argentinos e quando nós os tranquilizamos, especialmente os deputados da Província de Misiones de que todas as providências o governo do Paraná estava tomando em relação ao derramamento de óleo da Petrobrás no Rio Barigüi e Rio Iguazu. Tivemos outros assuntos.

A declaração de Pousadas, por exemplo, solicitando a possibilidade de monitores permanentes na questão do meio ambiente. O que eles querem é que, periodicamente as autoridades brasileiras, o Ibama, o Instituto Ambiental, a nível de Paraná, o Instituto Ambiental, se faça o monitoramento das águas do Rio Iguazu e tudo vai acabar caindo lá na Argentina e eles têm todo o direito a essa preocupação com relação à questão do meio ambiente, de sorte que, deputado, foi das mais proveitosas essa nossa presença, representando a Assembléia do Paraná e o presidente Nelson Justus, na cidade de Resistência.

Hoje a Gazeta do Povo, traz: “Brasil: Integração e Realismo”.

Se Vossa Excelência lembra, o governador da Província foi muito bem claro em um determinado momento do seu discurso, que era necessário sair do discurso, dos tratados colocados no papel e ir para a prática. Esta foi a tônica do discurso do governador da Província de Resistência.

Então, a Gazeta do povo de hoje traz:

(Lê):

“Brasil: integração e realismo”

Os líderes da América do Sul se reúnem nesta semana, em Brasília, para discutir democracia e integração, num encontro convocado por iniciativa do Brasil. Há muito os povos sul-americanos através de seus governos e sobretudo da opinião pública continental manifestaram disposição de assumir responsabilidade plena por seus destinos, num mundo crescentemente próximo.

Embora com limitações inerentes ao nosso grau coletivo de desenvolvimento, existem oportunidades a serem trabalhadas, sobretudo no campo da integração física, um dos eixos de trabalho da cúpula presidencial que se reúne dias 31 de agosto e 1º de setembro. A agenda prevê outros temas: ampliação a nível continental da cláusula democrática do Mercosul (que sustentou o primado das eleições no Paraguai); combate ao narcotráfico, travado com sucesso no Peru e Bolívia e menos êxito na Colômbia; uso da tecnologia na atual era do con-

hecimento e adensamento das correntes de comércio entre os países da região. Mas o projeto de integração dominou a pauta.

É que barreiras físicas que no passado asseguraram nosso contorno territorial trechos pantanosos, extensas selvas tropicais e, na fronteira norte, maciços montanhosos hoje se mostram obstáculos que precisam ser contornados. Eles nos mantinham isolados dos países vizinhos, em escala incompatível com a moderna economia integrada e, apesar de toda a retórica das últimas décadas, só foram superados no atual governo através do gasoduto Bolívia-Brasil, recentemente inaugurado.

Por essa via de mais de três mil quilômetros o gás boliviano passou a chegar inclusive ao Paraná, na base de 30 milhões de metros cúbicos por dia, para alimentar fornos industriais, usinas termoeletricas e até veículos, transformando a matriz energética brasileira e reduzindo nossa dependência do petróleo. Agora outro duto trará gás da Argentina para o Sul do país; a região Norte importa eletricidade e exporta, produtos de Manaus para a Venezuela e as Guianas e assim por diante.

Essa busca de aproximação com os vizinhos é ditada pela realidade mundial, onde os países da América do Norte se ligam no Nafta, os asiáticos se auxiliam via Acordo da Ásia Meridional e os europeus transitam de uma União econômica para a integração política. Não há continente que tolere o isolamento e mesmo os africanos, afetados por crises e devastados pela seca e Aids, exercitam diálogo via Organização da Unidade Africana.

Foi justamente em favor dos países africanos que intelectuais da Europa e o papa João Paulo II pleitearam o alívio da dívida externa, contraída durante as décadas anteriores. Mostrando-se sensível a tais pressões da opinião pública, o grupo das nações mais ricas autorizou o cancelamento de empréstimos contraídos por países como o Malawi, Ruanda, Burundi e alguns outros. O próprio Brasil perdoou parte das dívidas de Moçambique, vitimado ano passado por enchentes bíblicas.

O que não tem sentido é estender tal pleito para países de renda média, como a Nigéria e Argélia exportadores de petróleo, ou o Brasil. Nosso país representa cerca de 2% do Produto Mundial e nossas dificuldades vão sendo superadas com esforço e discernimento, por uma sociedade que aprendeu a evitar imediatismos em favor da construção paulatina e sólida de um futuro melhor.

Por isso a opinião pública brasileira vê como superado o debate em torno da procedência ou montante da dívida externa, endividamento interno ou manutenção dos acordos de estabilidade com o FMI. Tais questões atuais nos anos oitenta hoje carecem de densidade: o déficit de transações externas perde expressão à medida que o país retorna o crescimento, atrai investimentos de risco e controla a taxa de juros.

Proceder de outra forma é que seria arriscado. A Rússia repudiou sua dívida em 1998 para se ver engolfada em uma crise de dimensão mundial, da qual só agora

está emergindo e sob um novo governo. No Brasil só um governador da safra de 98, o de Minas Gerais, decretou moratória, causando comoção geral que afetou sobretudo o povo mineiro, isolado de investimentos e de confiança.

Em vez de saudosismos populistas cumpre aceitarmos o fato da globalização e nos prepararmos para ela, educando os jovens, fortalecendo empresas e exigindo competência de nossos líderes."

Então veja que nesse últimos dias, fala-se muito em Mercosul, fala-se muito em trabalho conjunto e que vem de encontro com aquilo que foi discutido na quinta e na sexta-feira na Província de Resistência.

Quero parabenizá-lo mais uma vez e agradecer à assessoria técnica que tivemos, através do Wilson Fortes e do doutor Ivo Angelis que nos deram a sustentação do trabalho que lá tivemos e mais uma vez o Paraná teve destaque nessa reunião, especialmente por Vossa Excelência que fez um pronunciamento que mexeu com os que estavam no Plenário naquela momento em Resistência.

Quero dizer que foi uma satisfação muito grande acompanhá-lo nesse trabalho e representar a Assembléia do Paraná, lamentando a ausência do deputado Pessuti que foi muito solicitada a sua presença, especialmente porque domina muito a área da agricultura, da agropecuária no momento em que os argentinos estão temerosos e até muito entristecidos com o Brasil, porque ao invés de o Brasil, de repente, ter divisas maiores com a Argentina, divisas monetárias, financeiras, econômicas com a Argentina, comprando trigo, arroz, frango de lá, vamos para os americanos, com preço maior, com menos interesses para a nossa América Latina. O deputado Pessuti fez muita falta e tenho certeza que nesta área, na reunião que tivemos, muito embora Vossa Excelência com o seu conhecimento tenha colocado com muita propriedade também, tenho certeza que o deputado Pessuti engrandeceria ainda mais o conhecimento do Paraná, a preocupação do Paraná nessa área agropecuária.

Parabéns, deputado Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte e tenho a certeza que na pessoa do Ivo, do Wilson, na sua e na nossa pessoa procuramos, dentro das limitações que possuímos, representar esta Casa e o nosso Paraná, mas também me somo quanto a falta do Orlando Pessuti, não só pela sua posição de presidente da Unale mas como pessoas ligadas de perto pela sua profissão, pelos seus conhecimentos e a abrangência que tem na sua vida, demonstrada através da ligação de perto com as cooperativas, com os produtores e com a agropecuária, teremos a oportunidade, Pessuti e a certeza que em novembro estaremos juntos lá em Mato Grosso do Sul quando a outra parte da Argentina estará conosco, porque acredito e tenho a certeza que nós vamos ter que fazer valer não só barreiras, mas entendimentos onde mãos ocultas não venham a trazer problemas entre Argentina e Brasil e para o Mercosul com introdução de

febre aftosa, com problema da soja, do milho, do trigo, do frango e outros produtos que realmente a terra nos oferece.

Termino, acreditando que o nosso Fernando que realmente a terra nos oferece.

Termino, senhor presidente, acreditando que o nosso Fernando Henrique Cardoso haverá de dar aquilo que lhe foi oferecido através de um país irmão, que é a Itália, aquela operação mãos limpas que será implantada no Brasil.

E tenho a certeza absoluta o que ocorreu no Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, do que ocorreu em outras obras nessa nação e o que ocorreu aqui no nosso Paraná com o Banestado, senhor presidente, alguém me perguntava até lá na Argentina: “Zuk você que é do Paraná, é verdade que houve um desvio no Banco do Estado através do Leasing de quatrocentos e setenta e poucos milhões de reais, e agora o seu governador vai vender o banco por quinhentos e poucos? Eu não sou de responder, senhor presidente, vamos esperar da Bancada do Governo, que esta pergunta que irei fazer na oportunidade que aqui a Casa me oferecer, de que o desvio é quase igual, Pessuti, ao valor do banco naquela sua taxa inicial do leilão. Por aí você vê que o procurado entre os 10 maiores procurados do mundo, o juiz Lalau, aqui no Paraná ele é jardim de infância ou escoteiro, não vai chegar nem a ser lobinho perto do número que foi desviado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

O deputado Cleiton Kielse se inscreveu no Grande Expediente, mas em função de ter sido utilizado na sua totalidade, sugiro ao senhor deputado que use o Horário da Liderança e do seu partido.

Horário das Lideranças: PFL: fará uso da palavra o deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Estamos nesta tribuna solicitando até sob forma de requerimento a retirada de um projeto que estaria já em 2ª Discussão nesta Casa de Leis, e que trataria da prestação de contas do sistema Paracidade, Paraeducação e Eco-paraná. Principalmente esse Projeto de Lei nº 15/00, onde estaria aprovando a prestação de contas do relatório de gestão de serviço autônomo do Paracidade, exercício de 1996 a 1999

E estamos vindo, neste momento, senhor presidente, baseados na Constituição Federal e na Constituição Estadual, onde no artigo 71 da Constituição Federal, que buscamos uma orientação paralela de vários advogados e de vários juristas, onde se defende que os Tribunais de Contas da União e dos Estados, teriam a responsabilidade não só da verificação de contas, como prestação de contas, mas o julgamento definitivo, a posteriori encam-

inhamento sob qualquer alegação ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça, sob qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie, administre dinheiro, bens e valores públicos, e pelos quais também a União responde, e o controle externo, realmente, a Assembléia Legislativa e o governo do Estado, caberia ao Tribunal de Contas.

Por isso, senhor presidente, essa mudança que estamos encaminhando, baseado também num projeto de lei do senhor governador Jaime Lerner, que foi encaminhado a esta Casa de Leis sob o nº 567/99, aonde já temos o parecer prévio da C.C.J. e da Comissão de Tomada de Contas desta Casa, onde o deputado Algaci Tulio já teria parecer favorável à retirada ou mudança da lei no seu bojo alterando o artigo que diria que a prestação de contas seria feita e analisada pela Assembléia Legislativa mudando esta para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Neste sentido, gostaríamos de saber qual é a dúvida da Assembléia Legislativa quanto à realização desta fiscalização pelo Tribunal de Contas visto que não temos nada a temer, como governistas que somos, a mandar este encaminhamento ao Tribunal de Contas.

Todos os deputados sabem da responsabilidade paralela quando criamos o Paracidade, o Paracidade e a Eco-paraná. São milhões de reais que foram encaminhados a estas instituições baseadas não só pela necessidade das mudanças que teríamos em nosso Estado, mas pela necessidade de termos um encaminhamento pela fidelidade que temos ao senhor governador Jaime Lerner. O senhor governador já enviou no ano de 1999 a esta Casa, já temos os pareceres prévios das Comissões, temos condição de análise do projeto do governador e passem, estar neste momento, em votação sem o conhecimento prévio e análise do Tribunal de Contas.

Nós temos técnicos habilitados a algumas situações aqui na Assembléia Legislativa, mas não temos todos os técnicos necessários como o Tribunal de Contas tem e os têm até por contratação da Assembléia Legislativa para fazer e ter esta finalidade da fiscalização dos bens e do dinheiro público do nosso Estado.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Kielse, Vossa Excelência aborda um assunto de grande importância para o Paraná. Estou de pleno acordo com vosso pronunciamento uma vez que o Tribunal de Contas possui um corpo técnico apurado, altamente profissionalizado. O Tribunal de Contas é um órgão prestador de serviços da Assembléia e por isso nada melhor que o Tribunal de Contas para avaliar as contas da Paracidade e das outras empresas criadas pelo Governo do Paraná.

Hoje, o Ministério Público Estadual, se reportando a uma ação que movemos, solicitou informações ao Tribunal de Contas do Paraná. Por isso, deputado Kielse, Vossa Excelência vem, exatamente naquela nossa manifestação de que nada melhor, nada mais justo e mais cor-

reto, nada mais exequível de que o Tribunal de Contas, que existe para isso, analise as contas da Paranacidade. Sem nenhum pré-julgamento! Não estamos fazendo pré-julgamento algum em relação às contas. O que queremos, é que o Tribunal de Contas dê seu parecer, avalie, se manifeste e diga à Assembléia Legislativa: As contas do Paranacidade estão corretas e vocês podem apreciar, podem aprovar ou rejeitar.

Então, desta forma, quero me somar ao seu pronunciamento e dizer que pensamos exatamente igual a Vossa Excelência e que as contas deveriam ser retiradas da pauta, encaminhadas ao Tribunal de Contas e após análise do tribunal voltar para a Assembléia Legislativa dar o seu veredito.

O SR. CLEITON KIELSE

Muito obrigado.

E, insistindo, senhor presidente, já temos no Plenário do Tribunal de Contas um parecer prévio da sessão de 01.06.99, a resolução que foi encaminhada ao governador Jaime Lerner, nº 7.150/99. Por unanimidade foi aprovada a proposição exigindo a prestação de contas dos serviços sociais autônomos.

Concedo aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Por nós e pela Liderança já falou o deputado Nereu. Todos nós sempre defendemos, defendíamos e defenderemos que as contas do Paranacidade tivessem o Parecer prévio do Tribunal de Contas. Só me preocupou, neste momento em que estamos já nesta fase de discussão e votação da matéria, que temos o projeto em regime de votação e em regime de urgência. Parece-me que regimentalmente já não teríamos mais alcance para retirar da discussão e votação da Ordem do Dia de hoje. A preocupação de Vossa Excelência sempre foi a que defendemos. Não sou, evidentemente, contra que a Assembléia analise as contas. Acho que isto é o fortalecimento do Poder Legislativo. Gostaria que houvesse um Parecer prévio do Tribunal de Contas, mas tudo isto levantamos durante o mês de junho, quando a matéria tramitou nesta Casa, pelas comissões e pela primeira vez no Plenário. Preocupou-me e certamente o presidente, posteriormente, dará o seu parecer a respeito, mas a preocupação que tenho é que o projeto está em cotação e em regime de urgência. Não sei agora, de cabeça, se caberia requerimento de retirada da Ordem do Dia.

O Sr. Beraldin

Hoje estamos aqui a votar, na verdade, na minha situação, assunto bastante complexo. Por que, na verdade, vamos aprovar as contas do Paranacidade de 1996 até 1999. Gostaria que o relator ou presidente da Comissão de Tomada de Contas, onde passou este projeto e onde foram analisadas as contas do Paranacidade, que pelo menos o presidente da Comissão de Tomada de Contas, onde passou este projeto e onde foram analisadas as

contas do Paranacidade, que pelo menos o presidente da comissão ou relator possam usar a tribuna para esclarecer à Casa alguns pontos do Parecer Favorável que a comissão aprovou. Porque a única coisa que posso pedir, porque não tive acesso a documento nenhum e estou aqui para votar uma matéria bastante importante.

Então, pediria que o presidente da Comissão de Tomada de Contas ou o relator, que fizessem uma explanação mais ampla para que possamos votar com mais tranquilidade.

O Sr. Valdir Rossoni

Vejo com um pouquinho de estranheza a colocação, por último, do deputado Beraldin, dizer que não teve conhecimento da documentação. A documentação se encontra nesta Casa há vários meses. Tivemos aqui, encontro com o secretário de Desenvolvimento Urbano, onde ele colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos. E é importante que se diga que nós, legisladores estaduais, muitas vezes lamentamos que os deputados estaduais tenham pouca ação e poucas condições de legislar e mostrar seu trabalho. No momento em que temos na lei de que é obrigação, ou melhor dizer, o dever do Paranacidade em prestar contas à Assembléia Legislativa e a Assembléia Legislativa tem a obrigação de analisar estas contas, estamos querendo abrir mão desta prerrogativa, que é da Assembléia Legislativa. Daqui uns dias não precisa mais ter a Assembléia Legislativa. Poderíamos deixar, única e exclusivamente para o Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas, todos sabemos, é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa e cabe a nós, por lei, analisar estas contas.

A outra questão exigida, de que o presidente da Comissão de Tomada de Contas vá à tribuna dar maiores esclarecimentos, quero dizer que isto depende do presidente da Comissão. Porque já tivemos os encontros das comissões. As comissões analisaram estas contas e é por isso que está no Plenário.

Então eu, como deputado estadual, não quero abrir mão de uma prerrogativa que conquistamos. Até acho que deveríamos fazer uma nova lei e chamarmos para esta Casa a atribuição de outras paraestatais para serem analisadas as contas, nesta Casa. Aí sim o Poder Legislativo começa a ganhar força e fazer um trabalho que venha de encontro aos interesses do povo paranaense.

Esta é a minha posição. Lamento discordar de Vossa Excelência.

O SR. CLEITON KIELSE

Deputado Valdir Rossoni, quero só relembrar uma frase célebre de um companheiro nosso, deputado que foi histórico no Paraná e no Brasil, deputado Anibal Khury, onde ele dizia: "*Dormintibus num securiti ius*": a lei não protege os que dormem. E infelizmente, deputado, discordo de Vossa Excelência, trazendo o projeto do senhor governador Jaime Lerner, onde ele encaminhou e Vossa

Excelência tem conhecimento disso. No texto do Governador:

“As contas do Paranácidade serão julgadas pela Assembléia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas.

O Paranácidade encaminhará, anualmente, para a Assembléia Legislativa, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive repassados pelo contrato de gestão a que se refere no artigo 15 e do Fundo de Desenvolvimento Urbano.

A Assembléia encaminhará, anualmente, para a Assembléia Legislativa, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive repassados pelo contrato de gestão a que se refere no artigo 15 e do Fundo de Desenvolvimento Urbano.

A Assembléia solicitará Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado que deverá ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento, observando as leis, contratos e regulamentos específicos desta entidade.

A auditoria e fiscalização dos recursos, objeto de financiamentos externos, será realizado no âmbito do Tribunal de Contas, através do órgão constituído exclusivamente para este fim.

A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução dos projetos, planos, atividades, produtos, serviços e avaliação de desempenho do contrato de gestão. Por deliberação do Conselho de Administração, ou determinação do superintendente serão processadas auditorias externas e internas, nas operações dessa entidade.”

E completando também com os demais artigos, colocando o Paranáeducação e a Ecoparaná.

O Sr. Valdir Rossoni

Gostaria de interpelá-lo e dizer que esta lei ainda está numa fase de tramitação desta Casa e não está aprovada, então ela não é uma lei, senhor deputado.

Agora gostaria de fazer uma leitura aqui para Vossa Excelência, como Vossa Excelência, falou que Deus não protege quem dorme. Capítulo 6º, do controle e da fiscalização: artigo 16: - As contas do Paranácidade deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembléia Legislativa.

1º - A Paranácidade encaminhará, anualmente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, SEDU, que enviará a Assembléia Legislativa do Estado, até o dia 31 de março de cada ano, o relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços expressos em planos de ação estratégicos, nos planos plurianuais e nos correspondentes aos orçamentos, com a prestação de contas dos recursos neles aplicados com a avaliação do andamento do contrato de gestão e as análises de desempenhos gerenciais e cabíveis.

Está aqui, na lei, onde criamos a Paranácidade e reservamos a fiscalização e análise das contas, através de lei e é nossa obrigação cumprir a lei.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor deputado, qual seria soberana, a Constituição Federal, Estadual ou uma lei formalizada pela Assembléia Legislativa, sua autorização da Constituição?

O SR. VALDIR ROSSONI

Não vi Vossa Excelência alegando inconstitucionalidade na aprovação da lei, por isso estou...

O SR. CLEITON KIELSE

Mas estou alegando, então está alegado por Vossa Excelência neste momento e não só por Vossa Excelência, mas pela Constituição Estadual. No artigo 75: - Cabe ao controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa. Será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas que deverá junto com a Assembléia apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador do Estado mediante Parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 dias, a partir do seu recebimento.

Por isso torna-se soberana a Constituição Estadual e ainda acima disso a Constituição Federal, tirando realmente esta jurisprudência que foi criada pela Assembléia.

Realmente senhor presidente, gostaria de ter votado esse requerimento e sabendo que estamos colocando em cheque à Assembléia Legislativa, colocando em cheque também, talvez esse projeto que o governador do Estado nos encaminhou tentando deixar bem transparente a questão do julgamento das prestações de contas, não só do Paranácidade mais de todos os Órgãos de Economia Mista do Estado. Queremos só a transparência.

Não estamos alegando qualquer erro na prestação de contas, bem pelo contrário, queremos que o governador tenha do Tribunal de Contas Parecer Favorável, como esperamos como governistas. Mas, acredito que à Assembléia não vai realmente mudar o que a Constituição Federal já delega a mais de 40 anos e que a Constituição Estadual também já o faz há mais de 20 anos.

Queríamos só agradecer a Vossa Excelência pedir realmente a todos os deputados que apenas votem esse requerimento de retirada do projeto e seja encaminhado ao Tribunal de Contas conforme manda a Constituição Estadual e nada mais. Não temos nada contra a verificação das contas. Só que não recebi como deputado Estadual até o presente momento no meu gabinete, a lei realmente que presta contas a este respeito. O relatório total disso é um emaranhado de mais de 30 livros completos, que duvido que qualquer deputado Estadual tenha tido acesso a todos esses documentos.

Ou que tenha tido realmente, a informação completa com notas fiscais, com concursos públicos, com contratações, com elaborações, com projetos que foram consumidos milhões e milhões de reais.

Simplesmente isso senhor presidente, quero esse julgamento.

O Sr. Neivo Beraldin

Estamos aqui entre a cruz e a espada.

Na verdade acho que o Tribunal de Contas tem uma assessoria técnica muito boa e que ela deveria estar mais próxima da Assembléia Legislativa.

No entanto o tempo se passou e o Tribunal de Contas foi tomando corpo como 4º Poder. Daí tem o lado positivo da assessoria técnica que tem o Tribunal de Contas e tem o lado negativo também do Tribunal de Contas, porque nunca vi, por exemplo, o Tribunal se manifestar em relação à Londrina, silêncio absoluto. Nunca vi o Tribunal de Contas condenar uma grande Prefeitura do Estado do Paraná. Vejo uma colocação mais em cima dos pequenos.

Esse é mais um assunto grande.

Essa observação é da situação que nós nos encontramos. Pessoalmente voto com Vossa Excelência para a retirada da Ordem do Dia e não me sinto capaz de votar nem a favor e nem contra, porque não tive acesso aos documentos não sei do que se trata.

Enfim eram essas as considerações que queria fazer a Vossa Excelência.

O SR. CLEITON KIELSE

Estou encaminhando realmente esse pedido a Vossa Excelência nesse momento, com a assinatura já de alguns deputados.

Peço novamente que Vossas Excelências analisem com muita frieza sem qualquer paixão, porque estamos detectando talvez um erro da Assembléia Legislativa uma aprovação de contas, que não sabemos o que estamos aprovando.

Pessoalmente não sei o que estaria aprovando.

Pediria a anuência de Vossa Excelência nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Horário da Liderança do PMDB.

Com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

A intenção nossa não era usar o Horário da Liderança do PMDB, já que o assunto que pretendemos conversar é mais especial para o Horário do Pequeno Expediente, mas de uma questão não de Bancada especificamente, mas de uma questão que interessa a todos os parlamentares desta Casa, independente do Partido e por essa razão, talvez não fosse um assunto específico de Horário de Liderança.

Ocupo a tribuna na condição de presidente do Bloco Agropecuário, integrante da Bancada peemedebista, para manifestar a nossa preocupação com os fatos que estão ocorrendo no território brasileiro e em especial no Estado do Rio Grande do Sul, que é o aparecimento dos focos de febre aftosa.

Todos sabemos da luta que paranaenses ilustres desenvolveram desde 1965 para erradicar a febre aftosa do Estado do Paraná.

Todos somos testemunhas da luta que desencadearam no Paraná os ex-governadores Ney Braga e Paulo Pimentel, passando por todos os governadores, o secretário Osmar Dias fez um trabalho maravilhoso nessa área e o secretário Hermas Brandão iniciou um grande movimento envolvendo toda a sociedade civil organizada, os proprietários rurais, os sindicatos, as cooperativas, uma luta que culminou com um trabalho intenso dos médicos veterinários, dos técnicos ligados ao setor produtivo e à sanidade animal que culminou com a conquista pelo Paraná da liberação da febre aftosa. O Paraná foi declarado zona livre de febre aftosa em reunião da Organização Internacional ocorrida em Paris onde estivemos representando esta Casa, junto com outros deputados, numa comitiva chefiada pelo deputado Hermas Brandão.

Essas notícias todas nos deixam apreensivos, porque sempre sabíamos do risco que corríamos e agora temos certeza que o risco é iminente e por esta razão estamos aqui hoje, manifestando o nosso total apoio à reunião que acontece neste momento nas dependências da Secretaria da Agricultura, reunião do Conselho Estadual de Sanidade Animal, onde serão discutidas e avaliadas as medidas já adotadas pela Secretaria da Agricultura e pelo Ministério da Agricultura e analisadas, sugeridas outras medidas que possam fazer com que nós, os paranaenses, não tenhamos que conviver mais uma vez com esta triste enfermidade que ataca não só o rebanho bovino, mas ataca também as ovelhas, os caprinos, os suínos, enfim, todos os animais que são suscetíveis ao ataque da febre aftosa.

Temos uma preocupação muito grande. Tenho afirmado isso em diversas entrevistas que tenho dado no interior do Estado do Paraná e uma preocupação muito específica da qual já conversei com o deputado Hermas Brandão e com o secretário Tavares, no que diz respeito ao município de Jardim Alegre, onde temos a Fazenda Corumbataí, que está ocupada pelo Movimento Sem Terra e estive neste final de semana conversando com um dos representantes do MST para que eles se entendam com os proprietários da fazenda e com a Secretaria da Agricultura para que possamos concretizar a vacinação de todos os animais existentes naquela propriedade porque segundo levantamento, ainda temos cerca de 3 a 4 mil animais sem serem vacinados e nós não podemos e eu disse isso ao Mário, que representava o MST na reunião que tivemos, que eles não poderiam correr o risco de serem na frente, responsabilizados por um aparecimento de um foco de febre aftosa naquela fazenda que está ocupada por eles e que está em fase de negociação entre o proprietário e o Incra enfim, entre a Justiça, se desocupa ou não desocupa.

Por essa razão é que me manifesto favorável a todas as medidas que se fizeram no sentido de implantar as barreiras sanitárias nas divisas do Paraná com Santa

Catarina. Deveremos ultimar e aprimorar as barreiras da divisa do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, enfim, temos que tomar todas as medidas que forem necessárias, possíveis e até lutar para adotar as medidas que possam parecer impossíveis, nesse momento, porque todos sabemos os prejuízos que poderão vir em cima do Estado do Paraná se tivermos o aparecimento de um único foco de febre aftosa em nosso Estado.

Por isso aprovo essas medidas, ainda hoje conversei com o doutor Ágide Meneguetti que está participando desta reunião, para que a gente possa, realmente, fazer tudo que for possível. E a Assembléia Legislativa sei que dará todo o apoio e todas as condições que forem solicitadas, que forem pedidas pelo governo do Estado, pelo Ministério da Agricultura no sentido de apoiar as iniciativas de prevenção da entrada de febre aftosa no Paraná.

Concedo aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência é testemunha quando nós encaminhávamos para a votação um projeto de minha autoria, que proibia a circulação de carne oriunda de países que utilizam anabolizantes que eu falava, no início, do meu encaminhamento, que algumas pessoas que se posicionavam contra o Projeto, argumentavam a preocupação principalmente com o desenrolar e o questionamento diplomático que ocorreria principalmente com relação à Argentina em função do Mercosul. Dizia, naquela ocasião, me preocupava muito com isso e, principalmente, já levantava a questão da febre aftosa e Vossa Excelência depois de pronunciou também com sua preocupação. Porque, naquela ocasião há questão de uns 20, 30 dias, já se cogitava que na Argentina tinha um foco de febre aftosa e que os animais estavam vindo da Argentina para a exposição de Esteio e que as autoridades brasileiras, mais uma vez, na preocupação de não melindrar a Argentina. E nós temos que parar com isso. Acho que se fosse o contrário, se existisse um foco no Brasil duvido que a Argentina deixasse que um caminhão sequer, vazio, boiadeiro passasse a divisa, quanto mais animais vivos como estava ocorrendo.

Da mesma forma, agora, Vossa Excelência levanta um problema extremamente preocupante que é a Fazenda Sete Mil, conheço, é da nossa região, região de Jardim Alegre, que acredito que o Movimento do MST não tem o direito de forma nenhuma de dificultar o acesso às pessoas que querem vacinar o gado. Acho que é uma questão, inclusive, de defesa nacional. Se não a Polícia Militar ou o Exército têm que entrar lá e vacinar os animais. Eles não têm esse direito, eles estão colocando em risco um trabalho que vem desde o governo Ney Braga. Então esta questão não é partidária, não é uma questão de movimento, não é uma questão ideológica. É uma questão de defesa dos interesses do Paraná. Acho que temos de tomar uma atitude urgente e a Secretaria de Agricultura não pode mais protelar uma ação enérgica

nesse sentido. Como também, tem que exigir o abate de animais no Rio Grande do Sul e também em Santa Catarina que já existe suspeita, mas principalmente no Rio Grande do Sul. Se os senhores lerem hoje uma matéria da “Gazeta do Povo”, diz que uma das preocupações é com relação à demora no debate de animais. E isso é inconcebível! Não pode um trabalho de muitos e muitos anos ser jogado fora em função de pessoas que têm preocupação com melindres ou qualquer outro tipo de preocupação em desagradar A ou B. temos realmente que tomar atitudes enérgicas e principalmente no Paraná com relação a essa fazenda que não vem vacinando o gado já há algum tempo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço a Vossa Excelência e quero dizer que na semana passada conversamos, pelo celular, com o doutor Rattibak que é o diretor do Departamento de Fiscalização e ele nos dizia que está tomando todas as providências, mantendo todos os contatos para que a vacinação daquele rebanho aconteça. Não podemos realmente correr risco. E quando se trata de sanidade animal, quando se trata de sanidade humana, quando se trata de defender a saúde seja do animal homem ou do animal - animal, as questões diplomáticas, as barreiras diplomáticas não podem ser levadas em conta porque o que está em jogo é a saúde de toda uma população humana e de toda uma população animal. Então temos que tomar esses cuidados.

Ao finalizar, quero manifestar, aqui, a minha gratidão às palavras que manifestou desta tribuna o deputado Luiz Carlos Zuk e as palavras, também, que manifestou em aparte o deputado Algaci Tulio, com referência a esse trabalho que temos feito, agora, na condição de presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, e, anteriormente, na condição de deputado presidente desta Casa e presidente do Parlasul e depois membro integrante do Parlasul. Esse trabalho que a Assembléia do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul vem desenvolvendo em parceria com as províncias argentinas daquilo que eles chamam Crecenía litoral é um trabalho que só engrandece este Parlamento. Posso dizer a Vossa Excelência que o Paraná tem se destacado nesse trabalho de relacionamento com os Estados aqui da região sul e com as províncias da região norte da Argentina.

E quero também cumprimentar o deputado Algaci, deputado Zuk que nos representaram naquela reunião, e cumprimentar também a dedicação e o carinho com que tem se tratado este assunto de parte do doutor Ivo Angelo e do Wilson Portes que é o Secretário Executivo do Parlasul.

Acredito que são atitudes como estas que contribuem para o fortalecimento do trabalho legislativo que nós desenvolvemos.

Muito obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Liderança do PSDB, PTB, das Oposições, Lideranças do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprova a prestação de contas do relatório de gestão do serviço autônomo Paranácidade, exercício de 1996 a 1999. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, com apoio dos senhores deputados Carlos Simões, Nelson Garcia, Luiz Carlos Alborghetti e da senhora deputada Serafina Carilho, constante do expediente, solicitando a retirada do projeto. **Não recebido pela Mesa, conforme artigo 159 do Regimento Interno.**

Regimentalmente deixo de acolher o presente requerimento independente das posições enquanto deputado, baseado no artigo 159 do Regimento Interno nos seguintes termos: Antes de ser iniciada a discussão de um projeto será permitido o seu adiamento e não excederá 10 sessões, e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por deputado.

Esse projeto teve o seu pedido solicitado o adiamento de discussão dia 28 de junho de 2000. Portanto, já decorridas as 10 últimas sessões. Regimentalmente deixo de acolher, deputado Kielse, o presente requerimento. E agravado por se encontrar em regime de urgência e no seu § 1º do artigo 59 diz o seguinte: ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento. Então, observando o Regimento Interno é que esta presidência deixa de acolher o requerimento proposto.

O SR. CLEITON KIELSE (**Pela Ordem**)

Novamente, só queria completar até o que falamos na tribuna, senhor presidente, colocando, então, uma emenda, já que estamos em 2ª discussão e cabe emendas nesse momento, que altere realmente o artigo que delega à Assembléia Legislativa a prestação de contas, simplesmente buscando que seja julgado pelo Tribunal de Contas o que pela Constituição Federal e Estadual já é delegado.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Não há necessidade de fazer nenhuma emenda, a Assembléia, a presidência através do departamento legislativo encaminhará de imediato ao Tribunal de Contas para que sejam analisados os quatro exercícios. Não cabendo emenda até porque já está regimentalmente em votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência está dizendo que a Assembléia vai encaminhar ao Tribunal de Contas as mensagens do governo propondo a apreciação das contas do Paraná, é isso?

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Sim.

O SR. NEREU MOURA

Inclusive, essa referente ao exercício de 1996 a 1999?

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Correto.

O SR. NEREU MOURA

Então, o que vamos fazer agora, vamos apreciar igual aos projetos de lei?

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Não entendi.

O SR. NEREU MOURA

Iremos apreciar igual a esse projeto de lei de tomada de contas da Assembléia, ou vamos deixar de apreciar?

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Vamos, regimentalmente, colocar em votação e apreciar esse parecer que está em votação.

O SR. NEREU MOURA

Mas, daí fica paradoxo, senhor presidente. Vossa Excelência vai encaminhar ao Tribunal de Contas e a Assembléia vai apreciar as contas do Paranácidade. Não seria melhor primeiro mandar para o Tribunal de Contas, para depois a Assembléia apreciar, então?

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Eu, inclusive, pessoalmente, posso até entender dessa forma, mas estou simplesmente cumprindo o Regimento e o Artigo 159 estabelece essas condições que estamos atuando.

O SR. NEREU MOURA

É uma pena.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Em votação o projeto do item 01, Projeto de Lei nº 15/2000. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Aprovado por maioria.

Será procedida a contagem para que se possa verificar...

E para que o senhor 1º secretário possa fazer a contagem, solicito aos senhores deputados que forem favoráveis para que se levantem.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Trinta e três (33) aprovam; oito (08) rejeitam.

Considero **aprovado o presente projeto**.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queria comunicar a Casa que me abstenho de votar, como fiz, por não ter convencimento de votar nem a favor, nem contra.

Portanto, por isso quero que seja registrado nos Anais que o meu voto não foi nem a favor, nem contra por falta de conhecimento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Esta presidência solicita ao serviço de taquigrafia para que faça a correção da votação:

Trinta e três favoráveis; sete contrários, um se absteve de votar.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, só queria realmente completar dizendo: que além de inconstitucional esta decisão da Assembléia, realmente, deveria ter uma análise criteriosa

sobre quaisquer projetos que sejam analisados pela Comissão de Constituição e Justiça a partir deste momento.

Não vejo muito clara a posição da Assembléia neste momento porque a Lei, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, delegam no artigo 71 da Constituição Federal e nº 74 da Constituição Estadual, que a prestação de contas terá um parecer prévio do Tribunal de Contas e posteriormente será aprovado pela Assembléia Legislativa e caso haja algum problema será encaminhado ao Ministério Público estadual e federal consequentemente.

Por isso pasmem a decisão da Assembléia neste momento em insistir na colocação daquela que votamos e que, naquela época, assumo que não li a lei por completo, mas, queria que os outros deputados também tivessem este auto-julgamento porque estamos cometendo um erro crasso. Teríamos uma análise do Tribunal e seria mandado para cá posteriormente. Estamos fazendo o contrário, apenas.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/99, de autoria do deputado Anibal Khury, altera a redação do *caput* do artigo 3º, da Lei nº 10.247, de 12 de janeiro de 1993. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.E.M.A..

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Talvez seja intenção de Vossa Excelência, mas, gostaria que fosse dada ciência ao Plenário do inteiro teor da emenda e se é emenda de Plenário ou Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

(**Leitura do teor da emenda de autoria da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente**).

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2000. Aprova um crédito suplementar no valor de R\$161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 015/2000. Dispõe sobre a aprovação de ajuste orçamentário no valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais) e ajuste no Pro-

grama de Obras do Instituto de Ação Social do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. Aprova a prestação de contas da dotação de Subvenção Social dos senhores deputados, exercício de 1999, Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. Aprova a prestação de contas de crédito para despesas dos senhores deputados, exercício de 1999, Resolução 15 de 19 de junho de 1992. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/2000, de autoria do deputado Duílio Genari. Aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1999. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix - Arfen, com sede e foro no município de Fênix. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 004, de 21.02.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 032/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix - Arfen, com sede e foro no município de Fênix - PR.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável, na forma da Emenda anexa.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA PROJETO DE LEI Nº 032/2000

O artigo 1º do presente projeto de lei, passará a vigir com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix - ARFEN, com sede no município de Fênix e foro no município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 027, de 03.04.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 092/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a fundação Sudoestina de Combate ao Câncer de Pato Branco - PR.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à constitucionalidade da Emenda oferecida pelo Plenário, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Academia Paranaense de Medicina Veterinária - Acapameve, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 090, de 28.06.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 227/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Orlando Pessuti tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Academia Paranaense de Medicina Veterinária - Acapameve, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à constitucionalidade e legalidade da matéria, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândói, com sede e foro no município de Cândói. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 099, de 09.08.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 254/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândói, com sede e for no município de Cândói.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à constitucionalidade e legalidade da matéria, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1561, 1562, 1575, 1576, 1579 e 1580, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1563 e 1597, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1564 a 1566, 1592 a 1595, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1569, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1581, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1582, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1584 a 1591 e 1596, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1598, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1600, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1602-A, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo e Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 553/99, 115 e 235/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 032, 092, 227 e 254/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040, 048, 219, 260 e 261/2000.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 011/2000.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 027/2000 - DAT

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 14 da Lei 12825 de 28 de dezembro de 1999

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12825 de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Valor
33904300	2000	200.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	P/A	Valor
33901400	2000	200.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.08.2000.

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado HERMAS BRANDÃO

1º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ROUBO DE CARGAS
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões foi realizada a décima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito de Roubo de Cargas, sob a presidência do deputado Cesar Seleme e contando com as presenças dos deputados Pastor Edson Praczyk, Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Braz Palma, Antônio Baratter e Edno Guimarães. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, passando em seguida a discussão e votação do relatório final, apresentado pelo deputado Pastor Edson Praczyk. O deputado relator, Pastor Edson Praczyk, tendo em vista novas denúncias e solicitações apresentadas perante a comissão, pediu prorrogação do prazo dos trabalhos da CPI, para apurar esses novos fatos. Colocado em votação, a proposta foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária